



Blá Blá Blá

TCE-MS e MPC-MS se Reúnem

por Assessoria De Imprensa | 30 de outubro de 2025



Propostas incluem painel público e portais com informações sobre uso das verbas



Flávio Kayat: proposta pretende padronizar critérios de publicidade e controle dos recursos de emendas parlamentares. (Foto arquivo)

O Ministério Público de Contas de Mato Grosso do Sul (MPC-MS) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE-MS) discutiram, na manhã desta quinta-feira (30), os impactos da recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que estabelece novas regras de transparência e controle na execução de emendas parlamentares em todo o país.

O Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público de Contas de Mato Grosso do Sul reuniram-se para discutir a implementação de novas regras de transparência na execução de emendas parlamentares, conforme decisão recente do Supremo Tribunal Federal.O MPC-MS propôs a criação de uma resolução para regulamentar as emendas estaduais e municipais, além de

Digite e Pressione ENTER

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

- Angu do Gomes faz 70 anos, consolidado como Patrimônio Cultural Carioca
- Adolescentes denunciam dono de oficina que pediu sexo em troca de emprego
- Justiça mantém condenação do Estado por caso de jovem executado e carbonizado por PMs no interior do Rio
- MP de SP prende ‘Diabo Loiro’ e desarticula esquema financeiro do PCC
- Estratégia para transferência de chefes do Comand Vermelho prevê rodízio e dispersão

SIGA-NOS

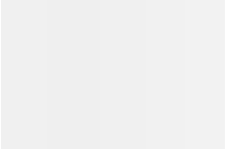
- f FACEBOOK
- 📷 INSTAGRAM

COLUNA NEIL BRASIL



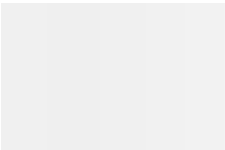
Glamour e tradição: FeijoALSO 2025 terá apresentação da Escola de Samba Igrejinha, Fabinho Neon e Sarará Cric neste domingo

15 de outubro de 2025



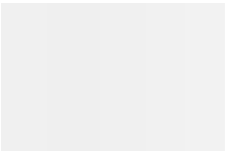
“Soraya, a mulher que vira onça”: Igrejinha lança amo do samba-enredo 2026 em homenagem à senadora Thronicke

27 de setembro de 2025



Lançamento da 75ª Edição: Revista AL.SO será no dia 10 de outubro no Casablanca Bis

26 de setembro de 2025



Arte e emoção: Galeria Mai Dolzan celebra o projeto “Pi de Cristal 67”

5 de junho de 2025





O encontro, realizado na sede do TCE-MS, contou com a presença do procurador-geral de Contas, Joao Antonio de Oliveira Martins Júnior, do procurador de Contas Joder Bessa e do presidente do tribunal, conselheiro Flávio Kayatt.

A reunião teve como pauta principal a ADPF nº 854/DF, relatada pelo ministro Flávio Dino, que determina que, a partir de 2026, todos os entes federativos adotem medidas para garantir rastreabilidade, transparência e controle no uso das emendas.

Durante a reunião, o MPC-MS apresentou uma série de sugestões para auxiliar o TCE-MS na adequação à decisão do Supremo. Entre as propostas, está a edição de uma resolução que regulamente a execução das emendas estaduais e municipais, assegurando critérios de publicidade e mecanismos que permitam acompanhar o destino dos recursos.

De acordo com o procurador-geral João Antônio, o objetivo é fortalecer o papel fiscalizador do Tribunal de Contas e ampliar o acesso da sociedade às informações sobre a aplicação do dinheiro público.

“Nosso propósito é contribuir para que o Estado e os municípios de Mato Grosso do Sul estejam plenamente alinhados ao novo marco de transparência determinado pelo STF, permitindo um controle social mais efetivo sobre a aplicação das emendas”, afirmou o procurador.

Entre as propostas apresentadas pelo MPC-MS também está a criação de uma área específica nos portais de transparência do Estado e dos municípios para divulgar dados sobre as emendas recebidas — incluindo valores, planos de trabalho e cronogramas de execução.

Outra sugestão é que o TCE-MS desenvolva um painel unificado de consulta pública, reunindo as informações sobre as emendas em um só espaço, nos moldes de plataformas já implementadas por outros Tribunais de Contas do país.

A decisão do STF foi tomada no início de outubro e reforça a necessidade de maior controle e visibilidade sobre o uso das verbas indicadas por parlamentares, especialmente diante de casos recentes envolvendo o chamado “orçamento secreto”. O novo modelo de transparência deverá ser adotado por todos os estados e municípios até o exercício de 2026.

Source link

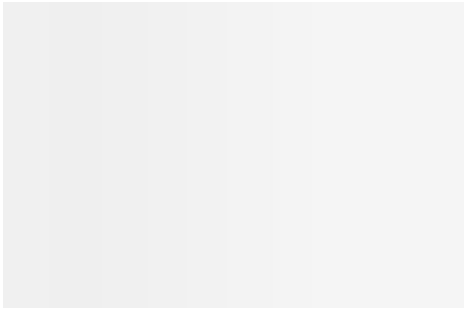
o comentário |



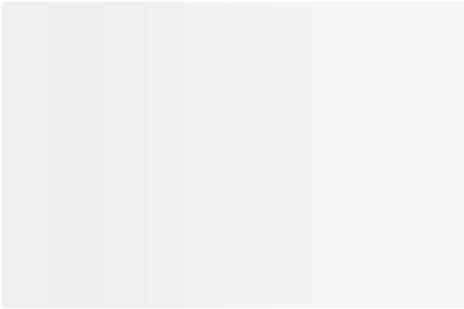
ASSESSORIA DE IMPRENSA



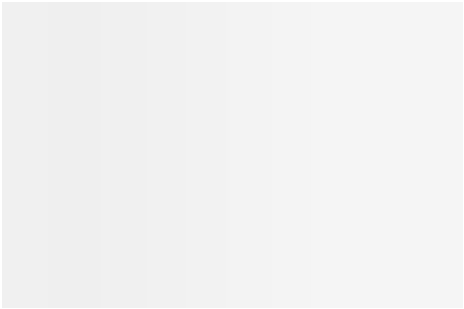
RELATED POSTS



Riedel defende integração entre estados para combater crime...



Isenção permanente do IR para salários até R\$5...



Câmara aprova projeto para entidades lucrarem com propaganda...

DEIXE UM COMENTÁRIO

Eat & Drink

24 de janeiro de 2025

MAIS LIDAS DA SEMANA

- 1

O ministro que se tornou a esperança para salvar Cas da cassação no julgament TSE

30 de outubro de 2025
- 2

A irritação no governo Lula PF admitir que foi consultac sobre operação no Rio

29 de outubro de 2025
- 3

Ex-Malhação, Felipe Selau encontrado morto em São Paulo; saiba quem era o at

15 de outubro de 2025
- 4

Adolescente que desapare ao ir para festa é encontra

28 de outubro de 2025
- 5

Os sinais de Nunes Marque sobre paralisar o julgamen cassação de Castro

30 de outubro de 2025